Aprovado
c/3 Abstenções
18/6/18

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE ABRIL DE 2018 ----------

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, pelas 20h30m, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja. ----------

--- **ORDEM DO DIA** ----------

Ponto 1 -	Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal	
Ponto 2 -	Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras – 2017	P6/P/2018
Ponto 3 -	Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício – 2017	P 7/P/2018
Ponto 4 -	Revisão ao Orçamento	8/P/2018
Ponto 5 -	Regulamento de Transito no Núcleo Urbano de Aveiras de Cima	27/VSL/2018
Ponto 6 –	Indicação de Cinco Cidadãos para Integrar o Conselho Municipal de Segurança	3/AM/2018
Ponto 7-	Indicação de Três Presidentes de Junta para Integrar o Conselho Municipal de Segurança	4/AM/2018

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Bráz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. ----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge de Oliveira Lopes, António José Rodrigues, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Fernando Fernandes, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luís Filipe Marcelino Figueiredo, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Arminda Marques Tavares, Maria Inês da Graça Louro, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, José Paulo Pereira em substituição de Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. ----------

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- Interveio o Senhor António Pires solicitando autorização para distribuir pela mesa cópia de um documento que mostrava a dimensão, a existência de sobreiros e a desmatação havida na zona do aterro, referiu a intensidade do cheiro que nele se fazia sentir prevendo que com o aproximar do tempo quente este viesse a intensificar-se, a existência de enxames de varejeiras e a bombagem de água lixiviante de uma lagoa para outra, que fora inadvertidamente parar a uma linha de agua e que como o documento também provava, as aguas ao contrario do que a TRIAZA afirmara não eram claras e tinham um cheiro intenso. ----------

--- Interveio o Senhor Paulo Louro que a propósito das declarações do Senhor Presidente da Camara na Assembleia de dezembro, em que afirmou *"que o CEJA não encerrara, que o seu fecho tinha a ver com as obras que já falara com o sr. Vereador do Pelouro e que rapidamente se encontraria um espaço; e que a Escola Profissional era uma realidade, tendo a Sra. Vereadora já encetado conversações cm a*

DGEST", perguntou se o CEJA já tinha ou não encerado ou se estava suspenso e ate quando, quanto á Escola Profissional perguntou que resultados e consensos já existiam na comunidade educativa sobre as áreas de formação a que daria resposta e que local estaria definido para a sua implementação em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que relativamente ao CEJA tal como anteriormente dissera e reiterava este não tinha encerrado, por causa das obras no edifício onde se encontrava estava temporariamente a funcionar nas instalações da biblioteca municipal. A Escola Profissional estava-se a encetar conversações com o ICN, por causa de um terreno sua pertença na Guarita, fora já enviado um Protocolo de cedência, mas que a Câmara considerara que o prazo de dez anos definido no mesmo era muito curto, para se puder instalar ai a escola Profissional pelo que o devolvera, encetara conversações e já tinha recebido no dia anterior um novo Protocolo que ainda não conseguira ler na totalidade. A Sra. Vereadora da Educação, Sílvia Vitor complementou as afirmações do Sr. Presidente dizendo que tinham sido encetadas reuniões com os Diretores dos três Agrupamentos, que estavam a ver a revisão da Carta Educativa, uma vez que a última versão datava de 2015 e não chegara a ser aprovada pelos respetivos órgãos e fora entendimento começar-se por aí. Estavam a aguardar até ao fim do ano civil altura em que certamente já teriam mais contactos com a DGEST após o que se iniciar-se-iam todos os procedimentos necessários para a implementação da Escola Profissional, no espaço dos viveiros. -------

--- APROVAÇÃO DE ATAS - ----------

---A ata da reunião ordinária de 22/2/2018, tendo a Srs. Deputados Municipais Natália Peres e Daniel Claro sugerido correções que foram consideradas. Uma vez posta a votação a ata da reunião ordinária de 22/2/2018 foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e duas abstenções dos Senhores Deputados Fenando Fernandes do PS e Luís filipe Marcelino da CDU, por não terem estado presentes na referida reunião. ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que fora entregue na reunião da Comissão Permanente a cada um dos lideres de bancada um exemplar do Relatório Anual relativo ao cumprimento do Contrato de Concessão das Aguas 2017, mas que se algum Deputado pretendesse esse documento, ser-lhe-ia facultado, após o que deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais. ----------

--- Interveio o Deputado António Jorge Lopes salientado que a sua intervenção seria na qualidade de Coordenador da Comissão de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território trazendo assim alguns pontos de vista e informações. Disse que o Aterro de Resíduos Industriais não Perigosos na Quinta da Queijeira era assunto recorrente a todas as Assembleias há um tempo , que a Comissão reunira no dia 27 de fevereiro , tendo-se falado na Revisão do PDM, do Aterro, da legalização das Pecuárias e outras explorações Agroindustriais e que ficara decidido que a primeira matéria a ser discutia com cuidado era o Aterro, pelo que desde então a Comissão tinha desenvolvido toda uma serie de trabalhos espelhados nas atas enviadas ao Sr. Presidente da Assembleia , com a maior descrição e sigilo. Comentou que tinham encontrado algumas dificuldades, nomeadamente no acesso aos documentos, no que toca a celeridade com que estes são entregues. Referiu que das cinco reuniões já realizadas, foram analisados, o licenciamento da pedreira, o processo do pedido de informação prévia para o Aterro, o processo da Declaração de Interesse Publico Municipal, o licenciamento pela APA, o licenciamento pela CCDR- Lisboa e Vale do Tejo, o Processo da Renovação da Declaração do Interesse Publico Municipal e as operações urbanísticas, que correspondiam a centenas de páginas analisadas per quatro deputados municipais, que tinham também ouvido algumas pessoas diretamente ligadas ao processo analisado. Informou que as próximas pessoas a serem ouvidas seriam o Senhor Presidente da Câmara e o responsável da TRIAZA, até ao momento tudo tem sido aprovado por unanimidade, não havendo ainda nenhuma conclusão formulada. ----------

--- A Deputada Municipal Inês Louro, começou a sua intervenção elogiando a Edição da AVINHO 2018, pela clara melhoria e incremento de qualidade que sofrera e que revelara ser uma grande festa em torno do vinho do concelho, promovendo-o e atraindo a Aveiras de Cima inúmeros forasteiros. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que era pública a realização de uma reunião com os Presidentes de Câmara de Azambuja e Alenquer a que a Sra. Presidente da Junta de Azambuja assistira, com o Secretário de Estado das Obras Públicas, acerca da N3, o que ficara decidido acerca da matéria com as infraestruturas de Portugal. Quanto á entrada em vigor da alteração legislativa acerca da Proteção de Dados, perguntou se já estava ou não prevista, que medidas estavam a ser tomadas e que impactos teriam nos serviços, uma vez que a resposta a esta matéria teria de ser célere. Para finalizar, pediu esclarecimentos acerca da Candidatura do Esteiro e Vala Real, se esta estava ou não já aceite, que tipo de obras e investimentos iriam ser feitos e para quando se perspetivava o seu início.---

--- o Senhor Presidente da Câmara a propósito da intervenção do Deputado António Jorge Lopes, informou que a pedido do ministério Público lhes iria entregar cópia dos Processos do Aterro na próxima

segunda feira, não sabia bem o porquê apenas lhe tendo sido referido que o processo estava em segredo de justiça. Respondendo á Sra. Deputada Inês Louro, confirmou a reunião tida com o Secretário de Estado, com a presença de três Deputados Municipais, na qual ficou combinado e marcada uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, que se realizara com a presença do Senhor Comandante dos bombeiros de Azambuja por fazer parte da Plataforma, e o Sr. Presidente da Câmara de Alenquer, onde ficara definido que iria ser feito um estudo pela Infraestruturas de Portugal, que dentro de quinze dias voltariam a ser contactados para uma outra reunião para tomar conhecimento do mesmo, ficando acordado que não seria feita a duplicação da via da N3, como as compensações da Ota referiam, e sim a construção de três rotundas , e a alteração do eixo separador da via para traço contínuo, para obrigar que a mudança de direção se efetuasse nas mesmas. Quanto á proteção de dados, informou que tivera no dia anterior uma reunião na CIMLT e que em termos de C.M A. Já se estavam a iniciar os procedimentos necessários, a nível de formação. Para finalizar que a Candidatura do esteiro já fora aprovada, já tinha sido lançado Concurso, que ficara deserto, deveria ter sido feito um estudo geológico que estava agora a ser elaborado, para se puder avançar. Nesta fase o que iria ser feito era a limpeza da vala, afundando-a em dois metros, a das laterais, a construção de uma via pedonal e de uma ciclovia, não podendo esta última ir até á ponte, a instalação de dez pesqueiros, a reparação do muro junto á estação. A colocação de um quiosque com casa de banho e a construção de uma rampa para as embarcações.----------

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos, perguntou se tinha sido consultado algum hidrogeólogo conhecedor da dinâmica da vala que pudesse assegurar que a mesma teria água suficiente para permitir a realização de tudo o que o Sr. Presidente acabara de referir. Continuando agradeceu á Plataforma País Cívico, tudo o que fizera pela N3 e perguntou se as infraestruturas de Portugal já tinham dado resposta á questão levantada na Assembleia de dezembro. Solicitou que fosse construído um corredor de segurança para os peões, aquando da construção das rotundas pois entre o apeadeiro de Vila Nova e a zona industrial. Os transeuntes tinham que circular pela berma da linha férrea para não terem de ir pela N3. Perguntou se teria sido indagada a possibilidade de usar o Parque de estacionamento da REFER, para que os funcionários da SONAE não tivessem de deixar as viaturas ao longo da N3. Chamou a atenção para a lona pendurada na biblioteca municipal, colocada no seu 10º aniversário e que ostentava a data de 2013, considerando estar na altura de a substituir, e para finalizar perguntou de quem era a responsabilidade da limpeza de um canteiro existente nos Casais de Baixo, mais propriamente no entroncamento das ruas das Rosas e dos casaleiros, junto á fonte. ----------

--- o Sr Presidente disse que há anos que se batia com as Infraestruturas de Portugal, que as suas respostas eram sempre a falta de dinheiro, mas que desta vez como fora diretamente ao Secretário de Estado e com o incremento dado á questão pela plataforma Cívica as coisas estavam a levar aparentemente outro rumo. Disse que não tinha tido resposta ás questões colocadas a que o sr. Deputado referira, que numa próxima reunião já abordaria o assunto. Quanto á fonte era da responsabilidade da junta de freguesia e a limpeza dos canteiros da Câmara Municipal, que tinha já encaminhado o assunto para os serviços para procederem á limpeza do espaço.----------

--- A Sra. Deputada Ana Lúcia Caetano, reiterou o pedido do documento já anteriormente formulado – pedido de informação que o tribunal solicitara á Câmara acerca do Aterro e a resposta desta relativamente ao Proc.2388/1752 do T.A. Lx, - disse ainda a Sra. Deputada que lhe fora entregue talvez por engano a resposta dada pela Câmara á Quercus, mas não fora isso o solicitado. Perguntou *"para quando a realização do parque de estacionamento no concelho de Azambuja, dada a afluência de utilizadores da C* P." e *"para quando o parque de estacionamento para veículos pesados, que se encontram todos estacionados á beira da estrada."* Solicitou informação acerca do Orçamento Participativo, perguntou á Sra. Vereadora da Educação porque não fora aproveitada a Carta Educativa anterior e perguntou qual o valor em dívida das rendas das casas de habitação social, e o que está a ser feito nesse sentido. Para finalizar perguntou qual o conceito que a Câmara tinha de "apoio a grupos sociais de risco" pois na Informação Municipal vinha referido o número de pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidades, com o qual não concordava, por não perceber qual o risco social de uma pessoa portadora de deficiência, salientando que até aceitaria se se lhes referissem como grupos com alguma vulnerabilidade. ----------

--- em resposta o senhor Presidente disse que o documento fora enviado por lapso que lhe entregaria o solicitado na próxima segunda feira, quanto ao estacionamento em Azambuja disse já estar a ser

delineado, assim como o dos pesados, que já havia um esboço do Regulamento do Orçamento participativo e para responder ás outras questões solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que permitisse os Vereadores dos respetivos Pelouros a responder. ----------

--- o Senhor Vereador Silvino Lúcio, indagou junto da Sra. Deputada se se estaria a referir ao estacionamento tarifado na vila de Azambuja, e ao estacionamento de pesados, informou estar a trabalhar nesse sentido e que numa primeira fase estar-se-ia a pensar fazer o estacionamento de pesados na zona nascente de Azambuja e que a breve trecho seria apresentada a proposta para iniciar o procedimento. A Sra. Vereadora Sílvia Vítor, informou que os dados referidos na anterior Carta Educativa reportavam ao ano letivo 2013/2014, não estando por isso atualizados, pelo que considerava ser de numa primeira fase proceder á sua atualização, e que após aprovação pela Comunidade Educativa seria ainda no decorrer do ano apresentada em Câmara e Assembleia. Quanto ao valor em dívida das rendas do PER, informou que eram de cerca de 300.000.00 € não sendo este um valor real, em média as rendas cifram-se na casa dos quinze/vinte euros e que pela não entrega de documentos comprovativos dos rendimentos, rendas que seriam de cinco euros, estão consideradas em valores de trezentos euros. Disse ter Acordos de Pagamento, Declarações de Dívida, alguns fogos já libertos e que se estava a fazer tudo para tentar resolver este problema. Para finalizar disse ser um erro de escrita o considerar Grupos Sociais de Risco, pessoas portadoras de deficiência, devendo ser de considerar Apoio a Grupos Sociais Vulneráveis, conforme referido pela Sra. Deputada, e informou estar a ser feito um levantamento no concelho do número de pessoas portadoras de deficiência, e um Regulamento para apoio das mesmas.----------

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro perguntou quais eram aas escolas que ainda tinham amianto no teto, quais dos projetos para reparação que eram cofinanciados e qual a situação da assinatura ou não do co9ntrato para o Castro de Vila Nova de S. Pedro. Para finalizar disse ter lido num jornal local que a CLC deixara de subsidiar as Bolsas de Mérito e perguntou qual a veracidade do artigo.----------

--- O Senhor Presidente respondeu ter tido uma reunião com a Sra. Vereadora e o Diretor da DGEstE no sentido de ver da possibilidade de ser retirado algum amianto ainda existente na Escola Secundária e na Básica integrada, que estava marcada uma outra, e que pensavam ter alguma resposta acerca desta matéria. Disse estar já plasmada nos documentos que vinham a aprovar uma obra de alteração na escola e no JI de Vila Nova da Rainha, e que as candidaturas submetidas a fundos comunitários e respetivas comparticipações estavam referidas na página 24 da informação da atividade municipal, que o Sr. Deputado poderia consultar. quanto ao castro, informou já ter uma avaliação feita por uma empresa e que o Senhor vereador Matos teria na próxima segunda feira uma reunião com os proprietários. Confirmou que a CLC deixara de subsidiar as bolsas de mérito, que tinha lá estado há pouco tempo e que esta administração ao contrário da anterior não estava vocacionada para esta área e sim para a da segurança. No entanto a Câmara estava a pensar no próximo ano atribuir um valor de cerca de 15.000.00 €.----------

--- O senhor Vereador José Paulo Pereira referiu ser de lamentar que a CLC tivesse deixado de comparticipar as bolsas e que a escola e a Câmara deveriam fazer alguma pressão no sentido de esta continuar a comparticipá-las. ----------

--- A Sra. Deputada Luísa Martins perguntou se havia noção da quantidade de limpezas de matas que a Câmara teria de efetuar e se estaria planeado alguma intervenção no Bairro da Socasa antigo, a nível de passeios, papeleiras, caixas de correio e iluminação, a que o Sr. Presidente respondeu já estarem limpos cerca de vinte hectares de terreno e que estavam a continuar a limpar, não podendo dizer no imediato a área em falta. Quanto á Socasa disse não ser responsabilidade da Câmara, por não ser sua posse, mas que veria com o responsável o que se poderia fazer. ----------

--- A Sra. Deputada Natália Peres, perguntou quais as coletividades já vistoriadas, se tinham sido elaborados relatórios das vistorias se tinham sido enviados as coletividades e de que forma estaria a Câmara ajudá-las para que não tivessem de fechar. Perguntou ainda se tinha conhecimento de uma vala feita na beira da estrada, junto á sucateira de Alcoentre e se já haveria processo de legalização.----------

--- O Senhor Presidente disse que as vistorias estavam praticamente concluídas, após o que seriam elaborados relatórios que posteriormente seriam enviados a todos os vereadores e deputados. Haviam situações de algumas coletividades com problemas sérios com que a comissão se deparava, mas só após os relatórios poderiam ponderar a forma mais eficaz de os tentar solucionar. Quanto á Vala com a permissão do presidente da Assembleia, o Senhor Vereador Silvino Lúcio disse ter falado com o proprietário do terreno, que lhe dissera ser de encaminhamento das águas pluviais, e que as infraestruturas de Portugal teriam conhecimento do assunto. ----------

--- O Sr. Deputado Daniel Claro a propósito do que fora dito sobre o problema da N3 e os estacionamentos, reiterou o que há muito dizia que era bom que a Câmara tivesse a noção da necessidade de ter planeamento para as coisas, pensar atempadamente nelas sobre todas as vertentes e exemplificou com o facto de a Sonae ter um terreno, onde na altura deveria ter sido obrigada a fazer parque de estacionamento para os funcionários e não o fizera. Disse relativamente á Escola Profissional ser bom estar atento, disse ser tema recorrente há muito anos, lembrou que a carta educativa de 2015 nem sequer a mencionava, que fora o seu grupo que chamara isso á atenção, disse ainda que para o concelho de Azambuja, periférico em relação a várias regiões era fundamental pensá-la em termos de futuro com um compromisso sério que neste mandato a Câmara, mesmo que não conseguisse ter a Escola a funcionar em pleno, que houvesse avanços significativos. Relativamente ao relatório da Comissão de acompanhamento das Águas, comentou ter ficado perplexo por este no seu ponto três referir que *"não tinham sido detetadas desconformidades no desempenho das partes ao longo do ano de 2017"*, numa pequena análise que fizera, pois só recebera o documento no dia anterior ele próprio encontrara inúmeras. Disse ter consultado o site da ERSAR e que a empresa AdAz tinha a vermelho a sustentabilidade da gestão de serviços, a vermelho a reabilitação de condutas e a vermelho ainda a adequação de recursos humanos, sendo que o Relatório nada disto referia. Disse ser sua preocupação o significado da cobertura de gastos em termos da matriz aplicada pela Entidade Reguladora, assim como a adequação de R. H. e comentou que estranhara que um relatório referente ao ano de 2017, não mencionasse a inexistência do Regulamento dos serviços, obrigatório desde agosto de 2010 e fundamental para que os consumidores pudessem exercer aquilo a que têm direito. Quanto á cláusula 62-a) do Contrato, o relatório nada refere, quando tal cláusula determina que a Concessionária deve implementar um mecanismo de avaliação, cujo conteúdo contivesse pelo menos um sistema de análise ao desempenho, á sustentabilidade da prestação de serviços públicos á defesa dos interesses dos utilizadores, entre outros e que tal mecanismo não fora implementado, reiterou assim a perplexidade pela não existência de desconformidades, dizendo que a Câmara teria de estar atenta e exigir quer á Comissão de Acompanhamento, quer á Empresa que seja explicado o que pensa fazer relativamente a isto. Perguntou se já foram ou não encetadas as negociações para o Reequilíbrio Financeiro, mostrando preocupação no que concerne á Reposição da Taxa de Rentabilidade Interna, obrigatória nos termos do Contrato, se não seríamos prejudicados em função da falta de novas adesões e em consequência o não aumento da água vendida, e isto não traria implicações séries em torno das negociações, pelo que a Câmara deveria acautelar a sua posição. ----------

--- O Senhor Presidente disse ter tomado notas do que o Sr. Deputado referira e que iria inteirar-se junto da Comissão.----------

--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes em nome do PSD requereu á mesa que a intervenção anterior a respeito da Concessão fosse reportada na íntegra na ata. ----------

--- O Sr. Deputado António Torrão enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, corroborou as palavras do deputado José Paulo Pereira acerca da CLC, e disse que tinha sido feita uma carta registada á empresa a que não obtivera qualquer resposta, solicitara o agendamento de uma reunião e não fora atendido, contudo não se considerava vencido, não se calaria e a empresa teria de os receber, pois não era de bom tom uma empresa sediada numa freguesia não atender as solicitações da Junta de Freguesia, e que esta desenvolveria o necessário para trazer á vila alguma entidade que pudesse avaliar a qualidade do ar que os fregueses respiram. ----------

--- O Senhor Deputado Municipal José Carlos Matos, pediu a palavra para sugerir que antes da Ordem do Dia pudesse ser feita uma pequena reunião de dez minutos para clarificar o assunto das Comissões e respetivas senhas, sem a qual não participaria em mais nenhuma reunião ou entregaria qualquer senha. ----------

--- o Senhor Presidente da Mesa disse estar a aguardar o Parecer solicitado que deveria ser entregue na próxima quarta feira após o que o enviaria aos elementos das Comissões e que nessa altura sim efetuar-se-ia uma reunião. ----------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- Ponto 1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo este dito que se colocava à disposição dos Senhores Deputados Municipais para quaisquer esclarecimentos.

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal José Carlos Matos dizendo a propósito da "Construção de alpendre na aldeia do lezirão" que já no ano anterior aquando de uma visita ao porto da palha, o Presidente tinha dito ir fazer um alpendre para a bateira e paralelamente limpar as bermas a jusante da vala, considerou assim que passado um ano nada tinha sido feito. Continuando perguntou pela situação do abrigo para a Escola Secundária e tal como solicitara no email enviado pediu esclarecimento acerca da distribuição dos dez abrigos que a Câmara encomendara e os dois que permutara com a Junta de Freguesia de Azambuja. A propósito da candidatura do Município "7 maravilhas á mesa" considerou que o "Torricado" era uma iguaria muito mais Azambujense que propriamente as enguias e que não constava no património. Perguntou ainda qual o motivo que na rúbrica Apoio a Coletividades o apoio financeiro atribuído á Poisada do Campino, não estar valorizado. Para finalizar, congratulou-se por o Município estar a tratar de Candidatura para "Rede Hi-fi no Centro histórico de Azambuja", mas alertou que a rede de cobertura telefónica em alguns lugares do concelho era manifestamente insuficiente, sugerindo que a Câmara pudesse fazer algo para melhorar a situação. ----------

--- Em resposta Senhor Presidente disse que os procedimentos legais demoravam o seu tempo e que esperava que em poucos dias o processo do alpendre pudesse estar concluído. Quanto á limpeza da berma ainda não tinha sido iniciado e que os abrigos, seis estavam já para ser colocados nomeadamente junto á Avipronto, nos Casais da lagoa perto do Multibanco, ao pé da Capela nos Casais de Além, em Quebradas na R. das Flores, em casais das Boiças e em Vale Carril, além dos já colocados em Manique do Intendente, na N366 junto ao Pôr do Sol, nos Casais da Lagoa, Vila nova da Rainha e Alcoentre. Disse ainda que tinha sido colocada uma verba de cem mil euros para aquisição de quarenta e três novos abrigos. Esclareceu que o Projeto Hi-fi contemplava todas as freguesias e que o total de apoio á Poisada do Campino fora de quatro mil e seiscentos euros, conforme proposta aprovada em Câmara. ----------

---Interveio o Senhor Deputado Municipal António Jorge Lopes, para tecer alguns comentários acerca do documento, e que a propósito das Declarações de Interesse Público aprovadas em Câmara e Assembleia Municipal, e que não constavam da Informação, requereu fosse entregue a todos os Grupos informação atualizada sobre o ponto de situação de cada uma e respetivo Processo. A propósito do Contrato para cedência do Castro de Vila Nova de S. Pedro requereu, caso já estivesse elaborado, cópia do Parecer que o Vereador David Mendes sugerira pedir acerca do assunto, no anterior mandato. A propósito da "valorização e potencialização da zona turística ribeirinha", requereu cópia do caderno de encargos do 1º procedimento concursal, e respetiva informação técnica, cópia do caderno de encargos do 2º procedimento concursal assim como cópia das reclamações recebidas pelos erros e omissões.----

--- O Sr. Presidente da Câmara disse ir fazer chegar ao Sr. Deputado um mapa com todas as entidades a quem fora atribuído Interesse Municipal, com a indicação dos que estavam em vigor e os já caducados, assim como dos procedimentos para a requalificação da zona do esteiro, quanto ao Castro disse que o problema fora que a dona á última da hora tinha exigido mais dinheiro do que o que estava acordado, e que não tinha ideia de ter sido solicitado qualquer Parecer acerca do assunto, informou que na próxima segunda feira o Vereador Matos tinha agendada uma reunião com os proprietários dos terrenos limítrofes do Castro e que estavam interessados em vendê-los, após o que ponderaria seguir ou não a sugestão dada pelo Senhor Deputado, na altura Vereador da Câmara, de se proceder a declaração de Interesse municipal. Para finalizar deu a palavra ao Senhor Vereador David Mendes que disse ter solicitado tal Parecer porque á data o Sr. Vereador António Jorge Lopes, dissera haver irregularidades no contrato, que ele não detetara, e fê-lo no sentido de esclarecer as dúvidas. O Parecer fora realizado e entregue a todos os Vereadores do Executivo, ainda que não respondesse a todas as dúvidas apresentadas. ----------

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal António José Rodrigues, que em relação á Atividade Municipal do trimestre comentou que alguns dos conteúdos da mesma não serem atribuição do Executivo e sim dos funcionários municipais que mesmo sem administração politica no ativo as continuariam a exercer, dando como exemplo a "conservação e manutenção de jardins e zonas verdes do concelho". Em seu entender o que deveria constar na Atividade municipal eram textos um pouco mais elaborados acerca de assuntos como por exemplo o que se vem passando com a EN3, o Castro de Vila Nova de s. Pedro, a Concessão das Águas ou a evolução do PDM assuntos sim que mereciam esclarecimentos e eram essenciais para a execução das funções dos Deputados Municipais. Perguntou a que se devia nas Receitas Correntes a diferença de valores do IMT das previsões corrigidas á realização no ano, valores que iam de 802.264.00 € a 5.581.217.49 € e que em termos de percentagem de execução eram de 695.7%. O Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Dr. Ricardo Portela, chefe da Divisão financeira que elucidasse o sr. Deputado, ao que este disse que a diferença era devida á receita extraordinária de

IMT que o município tivera, liquidado pela A.T em 2017 e que entrara nos cofres do Município em janeiro de 2018, que excedera largamente as expetativas da receita para o Orçamento de 2018. ----------
---Interveio o Senhor Deputado Municipal, Daniel Claro, que á semelhança dos anteriores deputados considerou que o relatório continha informação dispensável aos Deputados Municipais, e que apenas interessava ao funcionamento interno. Disse que a participação da Câmara ao abrigo do Portugal 2020, numa reunião de trabalhos tida relativamente á agenda 2030 seria muito mais interessante de colocar no documento e nele nada constava acerca disso. Considerou assim ser mais importante que a Câmara no seu boletim de atividades plasmasse a estratégia que tinha para alguns assuntos e não situações de gestão diária. Relativamente ao assunto do Castro, considerou que seria uma perda de tempo, pois á semelhança do que vinha acontecendo há muitos anos atrás os proprietários não assinariam, pelo que referiu ser de a Câmara começar a equacionar a expropriação. A propósito das reuniões de trabalho no âmbito da CIMLT junto da IFRRU 2020, perguntou o que é que o Município beneficiava e se o Presidente autorizava que fosse pedida uma reunião com os interlocutores que se têm deslocado á CIMLT afim de se perceber o que realmente se passa em relação a este assunto. Para finalizar pediu que lhe fossem facultados o Diagnóstico Social e um ponto de situação das negociações com as Águas do Oeste. --------
--- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que tinha realizado há pouco tempo uma reunião que tinha um levantamento das dívidas, que enviaram oficio sentido de serem feitos alguns acertos na conta corrente, que o processo que estava em tribunal já estava concluído e que daria ao Senhor deputado cópia do ofício enviado. Disse que o relatório social estava previsto vir á próxima Assembleia e quanto ao IFRRU pediu ao Senhor Vereador António José Matos que acompanha o processo que informasse, ao que este explicou terem havido Formações para os técnicos do Município na CIMLT, no sentido de estes perceberem como funcionava o instrumento financeiro para que á posteriori pudessem ajudar os munícipes que a ele recorressem. Disse que se iriam fazer áreas de Reabilitação Urbana em todas as Freguesias do Concelho, desde que as habitações tivessem mais de trinta anos.----------
--- Foi concedido o uso da palavra á Sra. Vereadora Ana Lúcia Caetano, que a propósito das consultas de psicologia clínica realizadas na união das Freguesia, Alcoentre e Aveiras de Cima, o projeto "Azambuja Integra" e a atividade executada pela CPCJ, referidas no documento, perguntou se eram de facto consultas clínicas ou se tratava de parceiros que em equipas multidisciplinares acompanhavam processos, considerando que não estava explícito no documento o que realmente se tratava. ----------
--- A pedido do Sr. Presidente a Senhora Vereadora Sílvia Vitor explicou serem de facto consultas de psicologia clínica dadas por psicólogos do Município, alguns deles estagiários.----------
--- Pediu novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal Daniel Claro, que em relação ao relatório de atividades Municipais disse que o mesmo refere o que decorre da atividade normal da área da própria Câmara, considerando que são informações avulso que só enchem papel, salientando que o que interessa à Assembleia Municipal são as opções de fundo que têm implicações financeiras na Câmara. -
--- No entanto falta neste relatório de três meses as grandes áreas sobre as quais a Câmara se debruçou e que deu à Câmara "um pouco de saúde", como é o exemplo do plano de combate ao insucesso escolar, que é uma coisa estruturante e que é preciso que esta Assembleia Municipal saiba qual é o projeto em relação ao qual se vai fazer uma intervenção no município de Azambuja. ----------
--- Salientou também que o documento não refere se a Câmara se debruçou em relação a algo do plano de atividades que é o orçamento participativo. Dizendo que irá enviar à Câmara Municipal um pequeno regulamento que o Bloco de Esquerda fez em relação a isso, para que a Câmara se sirva dele como base de trabalho em relação ao orçamento participativo. ----------
--- Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Municipal Ana Lúcia Caetano, para dizer que consta do documento, que foi feita uma reunião de trabalhos para se proceder a um levantamento do número de idosos isolados no concelho, solicitando assim saber se já existe esse número. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Vereadora Sílvia Vitor para responder a esta questão, à qual a mesma respondeu que houve um levantamento feito pela GNR, onde foram identificados 16 idosos em situação de isolamento e que são monitorizados periodicamente pelos oficiais. Sendo que lhe parece um número muito pequeno dada a extensão do concelho, como tal pediu aos técnicos da Câmara para que também fizessem um levantamento mais exaustivo para constatar se são só realmente 16 casos. ----------
--- Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Inês Louro dizendo que discorda com o Deputado Municipal Daniel Claro no que disse relativamente ao documento da atividade municipal, pois considera

que este documento nunca pode ser criticado por excesso. Quanto aos planos estratégicos que o mesmo referiu, disse que os mesmos têm documentos próprios, que podem ser consultados, não havendo a necessidade de serem retratados no período de 3 meses da atividade municipal. ----------

--- O Senhor Presidente da mesa sugeriu que os pontos 2, 3 e 4 fossem discutidos em conjunto ainda que votados separadamente, conforme conversado na reunião da Comissão Permanente. ----------

--- Ponto 2 -Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras – 2017 **P 6/P/2018**

O Senhor Presidente da mesa SOLICITOU AO Senhor PRESIDENTE DA Câmara que apresentasse o documento, ao que este apresentou os Documentos de Gestão respeitantes a 2017 declarando que, relativamente à execução orçamental, em 2017 as Receitas arrecadadas pelo Município totalizaram 16.979 milhares de euros, sendo que 96,8% corresponderam a receitas correntes e 3,2% a receitas de capital. As receitas diminuíram 0,3% relativamente a 2016, mas, nesse ano, foi contraído um empréstimo para substituição da dívida do PAEL no montante de 2.578.705,95. Por outro lado, verificou-se uma cobrança extraordinária de IMT no valor de 2.233 milhões de euros. O nível de execução orçamental da Receita foi 115,3%. ----------

--- Relativamente à Despesa, o valor dos pagamentos efetuados, em milhares de euros, foi de 15.613, ficando 7.684 afetos às Grandes Opções do Plano (PPI+PAM), 1.934 milhares de euros ao serviço da divida e 5.995 ao Funcionamento dos Serviços. Houve uma diminuição da despesa de 8,2% que se ficou a dever, também, à operação de substituição do PAEL realizada em 2016. A execução orçamental da Despesa alcançou os 88 %. Os agrupamentos da Despesa com maior peso foram as Despesas com o Pessoal (35,1%), a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (22,1%) e a Aquisição de Bens de Capital (19,0%). De realçar o esforço realizado em canalizar recursos para o Investimento, que aumentou 49,3% relativamente a 2016. O Saldo da Gerência que transitou para 2018 foi 4.373.548,77 euros. ----------

--- Quanto à Situação Económica e Financeira, o Resultado Líquido do Exercício foi positivo na ordem dos de 9.191 milhares de euros. O prazo médio de pagamento é 1 dia. A Dívida Total de Operações Orçamentais reduziu 12,9% relativamente a 2016, o que permitiu a melhoria da margem face ao Limite da Divida Total em 69%. Cumpriu-se a imposição do Orçamento de Estado de 2017 relativamente à Redução do Endividamento – isto por não termos sequer pagamentos em atraso. Foi também cumprida a regra do equilíbrio orçamental. ----------

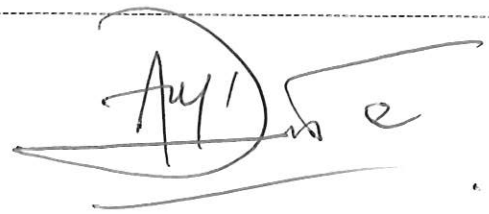
--- Relativamente aos Recursos Humanos, o efetivo da Câmara era, em dezembro de 2017, de 314 trabalhadores (mais 22 trabalhadores face a 2016). Registou-se um aumento nas despesas com pessoal insignificante, na ordem de cerca de 40 mil euros, ou seja 0,73%. Ao longo do ano de 2017, ocorreram 38 entradas de trabalhadores, sendo que 31 derivaram de procedimentos concursais (1 técnico superior de direito, 8 cantoneiros de limpeza, 4 sapadores florestais, 1 coveiro, 1 tratorista e 16 auxiliares de ação educativa). Inversamente ao que aconteceu no ano de 2016, em 2017 houve um aumento de 16% no absentismo derivado, essencialmente, de situações de doença prolongada. Quanto à Formação Profissional registaram-se 122 participações, 53 em ações externas e 69 em ações organizadas pela Câmara. ----------

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado António José Rodrigues que a propósito da oportunidade concedida de os documentos poderem ser analisados globalmente solicitou esclarecimentos quanto ao facto de na Certificação Legal das Contas, o Revisor Oficial referir com reservas um Resultado Líquido de 9.191.303.00 € e de na Revisão Orçamental o valor do saldo de Gerência ser de apenas 4.373.548.77 €, o que era menos de metade do Resultado Líquido, por outro lado era referido em ênfase que o IMT em 2017 resultara em 7,4 milhões de euros. Questionou ainda porque é que, como o Revisor referira, o Município ainda não tinha implementado a Contabilidade de Custos, uma vez que tinha fartos recursos, e técnicos em abundância o que associou a dificuldade do executivo de fazer cumprir a Legislação em vigor. O Senhor Presidente da Câmara informou que por força da Lei , não era possível aplicar o resultado liquido do exercício, e solicitou á diretora do Departamento Administrativo e Financeiro que elucidasse o Deputado, ao que esta disse que para a primeira revisão Orçamental só se poderia utilizar o Saldo de gerência que fora efetivamente de 4.373.548.77 €, e que a Lei permitia uma exceção para uma segunda Revisão orçamental, quando, tal como acontecera, a cobrança de receita excedesse a receita prevista, mas apenas quando fosse atingida uma execução de 100% das receitas previstas. ------

--- Retomando a palavra o Senhor Deputado Perguntou se o valor da receita do IMT era de 2017, porque é que não podia ser considerado nas Demonstrações Financeiras de 2017, a que lhe foi respondido que de facto a receita do IMT fora liquidada em 2017, entrara para os cofres da A.T. em 2017, mas só em janeiro de 2018 fora transferida para os cofres da Câmara. ----------

---O Senhor Deputado Municipal Daniel Claro disse ter gostado de ver a inclusão de uma verba significativa para o Orçamento participativo que considerou matéria de fundo nas relações autárquicas

e que á semelhança do dissera em anterior Assembleia que iria enviar à Câmara Municipal um pequeno regulamento que o Bloco de Esquerda fizera em relação a isso, para que a Câmara se sirva dele como base de trabalho, a que o senhor presidente respondeu ter sido atribuída uma verba de 50.000.00€ na presente revisão orçamental e pediu ao Sr. Deputado que lhe fizesse chegar o documento, para ser analisado juntamente com o que o executivo elaborara. ----------
Uma vez posta a votação, foi a proposta nº 6/P/2018, aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS, 5 votos contra do PSD e 9 abstenções (7 da CDU, 1 do CDS e 1 do BE). ----------
--- Ponto 3-Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício – 2017 **P 7/P/2018**
--- Uma vez posta a votação, foi a proposta nº 7P/2018, aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 do BE). ----------
--- Ponto 4 – Revisão ao Orçamento **P 8/P/2018**
--- Uma vez posta a votação, foi a proposta nº 8/P/2018, aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 do BE). ----------
--- O Senhor Presidente da Mesa informou que entrou na mesa por parte do Partido Socialista um requerimento para prolongamento dos trabalhos que a seguir se transcreve: ----------
--- "Requerimento ----------
--- O Grupo do Partido Socialista requer a prorrogação dos trabalhos por mais uma hora afim de se esgotar a discussão e votação dos pontos da ordem do dia. ----------
Azambuja, 24 de abril de 2018 ----------
--- Maria Inês da Graça Louro"----------
--- Posto à votação foi o requerimento aprovado por maioria com 22 votos a favor e 5 votos contra (3 do PS, 1 do PSD e 1 da CDU). ----------
--- Ponto 5 – Regulamento de Transito no Núcleo Urbano de Aveiras de Cima. **P27/V-SV/2018**
---O Senhor Deputado António Jorge Lopes chamou a atenção para o facto da Assembleia de Freguesia de Aveiras de Cima ter reunido e elaborado algumas questões acerca do mesmo que poderiam ainda não ter chegado á Câmara, pelo que em seu entender seria de retirara a proposta não a vontade até se conhecer a participação da Assembleia de Freguesia. ----------
--- O Senhor Deputado Daniel Claro considerou ser de votar a Proposta, pois em qualquer altura se introduziriam as alterações sugeridas. ----------
--- O Sr. Presidente da Câmara confirmou que não tinha conhecimento das deliberações da Assembleia de Freguesia, ainda que o documento tivesse estado em discussão pública, e perguntou ao sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, presente na reunião qual a sua opinião ao que este disse que as deliberações tinham a ver com a N366 pelo que em nada alterava. ----------
--- Uma vez posta a votação, foi a proposta nº 27/V-SV/2018, aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 do BE). ----------
--- Ponto 6 –Indicação de Cinco Cidadãos para Integrar o Conselho Municipal de Segurança ----------
P 3/AM/2018
--- Uma vez posta a votação, foi a proposta 3/AM/2018, por voto secreto e nominal, aprovada por maioria com 23 votos a favor, 3 votos nulos e 2 votos brancos. ----------
--- Nesse sentido foram nomeados os seguintes cidadãos: ----------
--- Joaquim António Ramos; ----------
--- Ana Madalena Aparício; ----------
--- José António Valada; ----------
--- Susana Lucas; ----------
--- Helena Maria Amorim Maciel. ----------
--- Ponto 7 – Indicação de Três Presidentes de Junta para Integrar o Conselho Municipal de Segurança ---
P 4/AM/2018
--- Uma vez posta a votação, foi a proposta 4/AM/2018, por voto secreto e nominal, aprovada por maioria com 19 votos a favor, 3 votos nulos e 6 votos brancos. ----------
--- Nesse sentido foram nomeados os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: ----------
--- Maria Inês da Graça Louro – Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja; ----------
--- Mário Jorge Soares Parruca - Presidente da Junta de Freguesia Vila Nova da Rainha; ----------
--- Carlos António Pereira Piriquito - Presidente da Junta de Freguesia Aveiras de Baixo----------
--- **ENCERRAMENTO** ----------

--- Eram 00 horas e 40 minutos do dia 24 de abril de 2018, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------